

Lutas por moradia em Curitiba: uma análise dos protestos entre 2017 e 2019

Housing struggles in Curitiba: an analysis of the protests from 2017 to 2019

RESUMO

Carolina Raiane Gama de Oliveira de Moraes

carolina_gama1607@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Simone Aparecida Polli

simonep@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Aline Sanches

arq.asanches@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Os conflitos constituem-se como elementos importantes na leitura do espaço urbano, ao fornecerem outro retrato das cidades, por vezes não enunciados nas plataformas governamentais. Possuem a capacidade de expressar lutas sociais e, em alguns casos, apontam para uma forma de grupos dominados constituírem-se como sujeitos políticos. Podem ainda gerar identidade, projetos, práticas coletivas e mobilizar a própria ação política de diversos agentes. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo compreender os protestos por moradia ocorridos em Curitiba entre 2017 e 2019. Busca enunciar quem são os atores envolvidos, suas motivações, que tipos de manifestações derivam desses conflitos e onde eles se originam. Para isso, foi utilizado o banco de dados denominado MapCon, do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, parte constituinte de uma rede de pesquisa internacional, que além de identificar os conflitos, busca compreender seus desdobramentos e as transformações que produzem na cidade e na política urbana. Como resultado, nota-se que, frente à baixa prioridade com que tais reivindicações são tratadas, os protestos expressam os regressos do contexto político atual, com menor horizonte ao direito à moradia. E ainda, em casos específicos apontam a dificuldade de identificar a moradia como um direito social.

PALAVRAS-CHAVE: Análise espacial. Segregação urbana. Habitação.

Recebido: 19 ago. 2020.

Aprovado: 01 out. 2020.

Direito autorial: Este trabalho está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.



ABSTRACT

The Conflicts are important elements for the interpretation of the urban space, as they incite visions for the cities that sometimes are not endorsed by governmental platforms. Conflicts express social struggles and sometimes, they are a way for dominated groups to constitute themselves as political beings. They can also generate self-identity, collective practices and projects, and mobilize the political action of different agents. Therefore, this paper aims to understand the protests for Housing that took place in Curitiba between 2017 and 2019. It states who are the different agents involved, their motivations, the types of manifestations derived from those conflicts and where they originated. For that, a database from the Curitiba's Observatory of Urban Conflicts was used. The Observatory is part of an international research network. In addition to identifying the conflicts, this paper seeks to understand their unfolding and the transformations they provide to the city and its urban politics. As a result, it was noticed that they express a step backward for the political context, as the housing rights are left out as unimportant and the demands are not taken



primarily. Yet, in specific cases, the conflicts state the difficulty of identifying Housing as a social right.

KEYWORDS: Spatial analysis. Urban segregation. Housing.

INTRODUÇÃO

Curitiba está no imaginário da população como uma referência de planejamento urbano. Possui hoje diversas nomenclaturas que se referem ao êxito do modelo construído na década de 1970, como Cidade Modelo e *Smart City*. Contudo, diversos autores, questionam e demonstram como esses títulos são baseados em uma leitura parcial da cidade, divergente da realidade (ALBUQUERQUE, 2007; SANCHÉZ, 2001; OLIVEIRA, 2000).

Moura (2015) descreve que a expansão da metrópole de Curitiba aconteceu de forma dispersa, em direção às periferias e aos demais municípios da Região Metropolitana, com a pobreza perdurando como elemento marcante. Apesar disso, para Vaccari (2015), o planejamento urbano do município nunca tratou a questão habitacional enquanto função pública no âmbito da metrópole.

As ações do planejamento urbano no município, entre 1970 e 2000, não tinham como prioridade a questão habitacional, produzindo inicialmente políticas baseadas em remoções de favelas, seguidos de urbanização de lotes e construção de unidades habitacionais com parceria público-privado. Desse modo, enquanto se construía o discurso da metrópole de primeiro mundo, existia uma parcela excluída do planejamento (ALBUQUERQUE, 2007).

Tonella (2018) e Polli e Gusso (2013) analisam que as ações do movimento popular em Curitiba variam sua intensidade de mobilização ao longo do tempo. A década de 1990 é marcada pela fragmentação e desarticulação de movimentos sociais, demonstrando os desafios de uma organização local, da dificuldade de mobilização de base e de articulação com demais entidades ou movimentos sociais, mesmo os que possuem uma mesma bandeira de luta (TONELLA, 2018; POLLI; GUSSO, 2013).

Para Rolnik (2008), o valor da terra urbana infraestruturada não é compatível com o poder aquisitivo de grande parte da população, resultando nessa dinâmica de um planejamento urbano excludente. Formando assim, o que Villaça (2001) caracteriza como um processo de segregação socioespacial, proveniente da disputa por localizações valiosas da cidade, onde há uma tendência das elites a ocupar determinadas porções do espaço da cidade, estigmatizando as áreas de concentração de pobreza.

Essa periferação da moradia das classes pobres e trabalhadoras, relaciona-se com a própria dinâmica da metropolização de Curitiba entre 1990 e 2000, como evidenciado por Silva (2012) ao tratar da problemática da habitação, produção e apropriação dos espaços informais de moradia¹ no aglomerado metropolitano. Segundo a autora, o crescimento desses espaços se deu de maneira heterogênea, de 521 assentamentos com 50.311 domicílios para 948 assentamentos com 86.478 domicílios respectivamente. No final da década de 2000, por exemplo, este número representa 9,39% do total de domicílios particulares do aglomerado metropolitano (SILVA, 2012).

A intensificação da precariedade urbana em áreas periféricas têm gerado uma série de conflitos por moradia na Grande Curitiba. Os protestos aqui analisados,

¹ Silva conceitua como “Espaços Informais de Moradia” os (i) loteamentos irregulares, (ii) loteamentos clandestinos e (iii) favelas.

consideram um recorte temporal de 2017 a 2019. Período de desmonte das políticas sociais e habitacionais em nível nacional e municipal, por meio de poucos investimentos e não priorização dos programas habitacionais, principalmente do governo federal que orienta o alinhamento das políticas nas outras esferas.

Neste ponto, faz-se necessário refletir sobre a importância dos conflitos, uma vez que são elementos constituintes da realidade social. São capazes de instituir sujeitos coletivos, desafiar políticas públicas que promovem ativamente a cidade mercadoria e assim, introduzir rupturas nesse modelo, que produz e reproduz em grande escala a desigualdade. Em outras palavras, não apenas demonstram as diversas maneiras das quais a cidade expõe sua desigualdade, mas também elaboram formas de enfrentá-la (VAINER, 2007).

Desse modo, o artigo² tem por objetivo analisar os protestos por moradia, espacializar sua origem, compreender quem são os atores sociais envolvidos, suas motivações e formas de protesto. Busca-se evidenciar o que os conflitos por moradia nos mostram em sua relação com o cenário político.

MATERIAL E MÉTODOS

A análise neste artigo tem como base o Mapeamento de Conflitos Urbanos em Curitiba – MapCon. O sistema é um banco de dados relacional que busca catalogar e registrar, por meio da coleta diária das notícias nos meios de comunicação de massa, os protestos com objeto, agentes, repertório de ação, locais de origem e manifestação, desdobramentos e conflitos associados (FARIA *et al.*, 2017). O objetivo é contribuir para a compreensão das lutas ocorridas no espaço urbano, bem como as suas relações com a produção social do espaço (SOUZA; FARIA, 2019).

Desta forma, através da utilização do software livre de georreferenciamento QGIS, foi realizada a espacialização da origem dos protestos, demonstrando a localização em que os agentes lutam e atuam na cidade. Por fim, foi realizada a análise dos conflitos, que permitiu visualizar as desigualdades expressas no cotidiano urbano dos agentes que lutam por moradia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2012 e 2015 Faria *et al* (2017) analisaram os 234 protestos levantados na região, dos quais 16,2% possuem a temática da moradia, representando o segundo objeto mais reivindicado na cidade no período analisado. Cabe lembrar que neste período há a vigência de programas federais que incentivavam a produção habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desta forma, muitos protestos giram em torno do descompasso, da concretização e formas de implantação das políticas públicas.

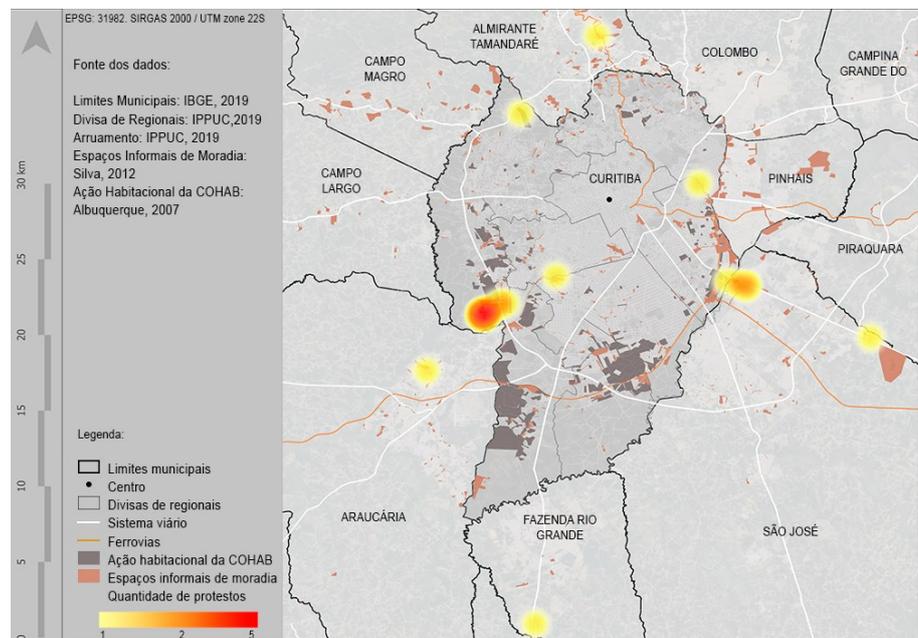
Entretanto, no período entre 2017 e 2019, a leitura é diferente. Dado o momento político conservador, a moradia é temática principal de 4% dos 423

² O artigo mais detalhado foi submetido no 9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS).

protestos do triênio - 4,1%, 3,6% e 4,4% dos protestos em 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Em um período de políticas neoliberais e desmonte das políticas sociais, os protestos concentraram-se nos temas de trabalho e direitos trabalhistas, Estado e democracia, e a moradia dissipa-se neste contexto de ataque aos direitos, como uma pauta secundária.

Dos 17 protestos com a temática da moradia levantados no período, a maioria encontra-se em Curitiba, seguido de São José dos Pinhais. Independente do município, todos estão localizados em bairros periféricos. Em todas as notícias encontradas e sistematizadas, constava ao menos o nome da cidade onde ocorrera o protesto. Porém, em alguns casos, não foram noticiadas maiores informações, como o nome da ocupação. Nestes casos, foram cruzados a localização do conflito com dados acerca dos espaços informais de moradia da metrópole, enunciados por Silva (2012). Em cinco protestos não foi possível obter o nome da ocupação, e, nestes casos, optou-se por manter o protesto e evidenciar tais lacunas.

Mapa 1 – Origem dos protestos por moradia na Grande Curitiba (2017-2019)



Fonte: Autoria própria (2020) com base em Albuquerque (2007) e Silva (2012).

Dos conflitos catalogados e espacializados, 11 concentram-se em Curitiba, com foco à região oeste da capital. Destacam-se, neste contexto, os conflitos referentes aos protestos contra a remoção, que atingiu 300 famílias na ocupação Dona Cida e ao incêndio na 29 de Março que atingiu mais de 200 casas, ambos em 2018.

Os demais (6) concentram-se nos municípios da região metropolitana. Destaca-se a cidade de São José dos Pinhais com 3 protestos. Os conflitos concentram-se na comunidade São Judas Tadeu, após tentativas de remoção.

Através da análise de cada conflito, foi possível identificar os agentes envolvidos, seu repertório de ação e os objetos de disputa, apresentados no quadro a seguir. Nota-se ainda, que muitos desses protestos combatem a violência, expressada quando ocorre remoções, impedimento de reconstrução de casas demolidas e incêndio.

Quadro 1 – Conflitos por moradia (2017-2019)

Objeto do conflito	2017 - 2019	%	Repertório da ação	2017 - 2019	%
Remoção		59	Fechamento de vias públicas		53
Outros		24	Manifestação em espaço público		24
Regularização Fundiária		18	Ação judicial		12
-	-	-	Passeata		6
-	-	-	Outros		6
Agentes reclamantes	2017 - 2019	%	Agentes reclamados	2017 - 2019	%
Moradores e vizinhos		65	Estado		82
Movimento de moradia		24	Empresa Privada		12
Associação de moradores		6	Polícia		6
Ministério Público		6	-	-	-

Fonte: Autoria própria (2020).

A maior parte dos conflitos refere-se à disputa pela terra - remoções, somando 59%. Este fator pode indicar um regresso, uma vez que os protestos por moradia indicavam uma diversidade de repertório de ações, relacionadas sobretudo a contextos maiores, como a entrada em programas federais (HOLANDA E POLLI, 2017), e agora disputam a permanência no local.

Por trás disso está o citado contexto neoliberal e conservador, com desmonte de políticas sociais, que impactam diretamente no direito à moradia. Conjuntura que força as ocupações urbanas de volta ao “marco zero”, isto é, na disputa pela terra. Carneiro (2019), ao analisar uma ocupação em Curitiba, aponta que não há um consenso e entendimento da moradia enquanto um direito social. A questão da moradia é tratada, neste sentido, como uma responsabilidade individual.

Ao que se refere aos organizadores do protesto, os agentes reclamantes, nota-se que são formados majoritariamente por moradores e vizinhos, sem organização de Movimentos Sociais ou Associações de Moradores (65%). Faria *et al* (2017) apontam que entre os anos de 2012 e 2015, 49% dos agentes reclamantes eram o Movimento de Moradia. Contudo, no período de 2017 e 2019 a participação de agentes coletivos organizados alcançou apenas 30%, sendo 24% de Movimentos de Moradia e 6% Associação de Moradores.

Em 6% dos protestos, o agente era o próprio Ministério Público, quando o repertório da ação se dava através de uma ação judicial. Desta forma, ao analisar a diversidade desses agentes nesses períodos, nota-se uma possível desarticulação, uma vez que os protestos são reativos, após ações de remoção.

Verifica-se que o Estado continua sendo o principal agente reclamado ao longo dos anos, representando 97% em 2012 e 2015 (FARIA *et al*, 2017) e 82% no período aqui analisado. No entanto, nota-se o aumento de reivindicações contra o setor privado (12%). Nestes caso, relacionam-se às políticas de remoções, íntimo à ineficácia da política habitacional adotada no município.

Apesar disso, é importante ressaltar que as notícias utilizadas como fonte de pesquisa nem sempre são precisas na caracterização dos atores envolvidos. Foram feitas inferências a partir das informações dos protestos, com sua data, localização, repertório da ação e objeto, contudo, nestes casos, a pesquisa ficou limitada a informações reportadas pelos veículos de comunicação.

Coloca-se, também, que o espaço público é utilizado nos repertórios de ação de grande parte das reivindicações, sendo apenas 12% restritos à Ação Judicial e 6% à categoria outros. Os 88% restantes, entoaram passeatas (6%), manifestação em espaços públicos (24%) e por fim, o fechamento de vias públicas (53%), tratando-se da forma de expressão mais recorrente, principalmente entre os agentes não organizados em movimentos sociais.

Os protestos aqui analisados indicam um retrocesso das políticas habitacionais adotadas, quando os temas principais se pautam na disputa por terra. A permanência no local é posta em xeque num cenário conservador e de menores oportunidades.

CONCLUSÃO

Embora Curitiba ostente fama internacional que lhe conceda título de cidade modelo, tal narrativa não passa de um mito, que tenta apagar as diversas contradições capitalistas do espaço, que aqui se revelam. Historicamente, seu planejamento urbano contribuiu na produção de uma cidade desigual, povoada de ideologias e interesses, que gerou a periferação e segregação socioespacial na metrópole.

Diante desta perspectiva, a análise dos protestos por moradia ocorridos entre 2017 e 2019 em Curitiba e nos municípios do Aglomerado Metropolitano, mostra como os conflitos urbanos expressam tais contradições e o não atendimento das demandas populacionais aliado à inadequação das ações públicas.

Ao analisar a concentração dos protestos deste período, nota-se que a pauta de protestos pela moradia se tornou secundária diante do crescimento da temática relacionada ao Estado e o trabalho. O cenário político conservador e grandes retrocessos em políticas sociais, gerou restrições na atuação dos movimentos organizados, que voltaram-se para outras frentes de luta. Os protestos são reflexo deste contexto, que já não contam com uma grande diversidade de objetos em disputa, pois com a perda da expectativa de atendimento habitacional via Estado, retornam a disputa pela terra e direito de permanência no local, resistindo à atitudes repressivas.

Num cenário anterior, entre 2012 e 2015, os Movimentos Sociais eram centrais para organização das reivindicações, com pautas ligadas a política habitacional vigente. Neste momento, os protestos são majoritariamente reativos às ações de disputa pela terra com os próprios moradores do local como organizadores. Tal retrocesso também pode ser visto através do repertório da ação predominante nesses protestos - o fechamento de vias públicas - expressão mais recorrente entre os atores coletivos não organizados. Desta forma, nota-se que no contexto político atual, com o regresso dos direitos sociais em diversas áreas, o direito à moradia se distancia, sendo necessário um retorno a pautas já superadas, além de uma erosão do que se constitui como um direito básico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Araucária pela concessão da bolsa; à Universidade Tecnológica Federal do Paraná pelo programa de Iniciação Científica; à minha orientadora Professora Dr^a Simone Aparecida Polli pela confiança e apoio; à Aline

e Alessandro pela companhia na pesquisa e amizade; ao meu companheiro Rutierre pelo incentivo constante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F. DE. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CARNEIRO, P. B. **Representações sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. Curitiba: UTFPR, 2019.

FARIA, J. R. V. DE *et al.* **Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional**. Anais ENANPUR. **Anais...2017**. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2048>. Acesso em: 30 jun. 2020.

HOLANDA, A.; POLLI, S. A. Movimento social e política pública: conflitos e lutas por moradia. In: POLLI, S. A. *et al.* (Org.). **Conflitos urbanos em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 127-162.

MOURA, R. Para além do planejamento urbano: os desafios a serem enfrentados pela metrópole Curitiba. In: COELHO, L.X.P. (Org). **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**. Curitiba: Terra de Direitos, 2015. Cap.6, p.152-157. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2015/11/site-O-mito-do-planejamento-urbano-democr%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba. Editora UFPR, 2000.

POLLI, S. A.; GUSSO, R. J. **Movimentos De Moradia Em Curitiba : História, Repertórios E Desafios (1977-2011)**. Encontro Nacional da Anpur. **Anais...Recife: 2013**.

ROLNIK, R. **A lógica da desordem**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-logica-da-desordem/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos, Editora Universitária, 2003.

SILVA, M. N. DA. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. Curitiba: Tese (doutorado). Pós-Graduação em Geografia. Setor de Ciências da Terra. UFPR, Curitiba, 2012.

SOUZA, M. V.; FARIA, J. R. V. DE. Observatório de conflitos urbanos de Curitiba: Metodologia de pesquisa, unidade de análise e categorias de interpretação. In: POLLI, S. A. *et al.* (Eds.). . **Conflitos urbanos em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 21–36.

TONELLA, C. O MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA E A QUESTÃO URBANA EM CURITIBA (1986-1992). **Diálogos**, v. 9, n. 3, p. 79–96, 2018.

VACCARI, L. S. O Plano Diretor de Curitiba e a questão metropolitana. In: COELHO, L.X.P. (org). **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**. Curitiba: Terra de Direitos, 2015. Cap.6, p.139-151. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2015/11/site-O-mito-do-planejamento-urbano-democr%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VAINER, Carlos. **Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Urbanos**. In. Palestra proferida no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Ministério das Cidades, 2007.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2001.